

Edilson Santana Gonçalves Filho

**A
POLARIZAÇÃO
IRREFLETIDA**

**POLÍTICA, CIÊNCIA
E DIREITO EM UMA
SOCIEDADE DIVIDIDA**

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

ONDE ESTÃO NOSSOS AMIGOS?

Em “O crepúsculo da democracia: como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política”, Anne Applebaum (2023, p. 9-24), vencedora do Prêmio Pulitzer, narra que, na véspera do Ano Novo de 1999, realizou uma festa entre amigos que, de forma geral, se incluíam na categoria que os poloneses costumavam chamar de direita¹. Duas décadas depois, ela atravessaria a rua para evitar algumas pessoas que estavam em sua festa, da mesma forma que elas recusariam entrar em sua casa e ficariam constrangidas se precisassem dizer que já estiveram lá. O distanciamento não teve causas pessoais, mas políticas, e a Polônia se tornou um país altamente polarizado à época em que Anne escrevia o texto.

-
1. “Seria possível, nos agrupar, de modo geral, na categoria que os poloneses chamam de direita: conservadores, anticomunistas. Mas, naquele momento da história, também seria possível chamar a maioria de nós de liberais. Liberais de livre mercado, liberais clássicos, talvez thatcheristas. Mesmo aqueles cuja posição econômica era menos definida acreditavam na democracia, no estado de direito, em freios e contrapesos [...]. Na década de 1990, era isso que significava ‘fazer parte da direita’” (Applebaum, 2023, p. 10). Como se nota, há uma diferença crucial para o que passou a se denominar *extrema direita*, exatamente para distinguir esse novo movimento da *direita tradicional*.

Uma das principais causas para que isso tenha ocorrido, para a jornalista polonesa, foi a inclinação do partido Lei e Justiça a ideias abertamente autoritárias, xenofóbicas e paranoicas – depois que ascendeu ao poder. Quando no governo, ele violou a constituição ao indicar inadequadamente novos juizes para o Tribunal Constitucional; criou uma lei para punir os juizes cujos vereditos contrariassem as políticas governamentais; controlou as emissoras de TV, demitindo apresentadores mais experientes, substituídos por pessoas recrutadas da mídia on-line alinhados com a extrema direita; demitiu servidores públicos, substituindo-os por amigos ou familiares; acabou com instituições culturais; restringiu o debate sobre o holocausto; e passou a identificar inimigos existenciais, como os imigrantes islâmicos e as pessoas homossexuais.

As mudanças, logicamente, não visavam fazer com que o país funcionasse melhor. O intuito era tornar a sociedade e o governo mais partidários, assim como os tribunais mais controláveis. Alguns membros da igreja católica polonesa, aplaudidos pelo governo, passaram a seguir o contexto partidário, promovendo temas similares, com sermões que descreviam os homossexuais como praga multicolorida, que estaria substituindo a praga vermelha do comunismo.

Nem todos os eleitores foram capazes de perceber esses fenômenos e suas consequências (pelo menos não de forma consciente). Essa série de eventos foi apontada como o fator que tornou difícil a convivência entre aqueles que anteriormente festejavam juntos, inclusive pela falta de sobre o que conversar. A ideologia política fez com alguns dos antigos amigos se afastassem, inclusive pais e filhos.

Embora narre o contexto da Polônia, nos últimos anos essa passou a ser uma realidade, mais ou menos igual, em diversos países. Além disso, não se trata de algo inédito na história, o que parece ser ainda mais assustador, pois talvez

não tenhamos aprendido com as tragédias do passado. Applebaum foi atingida por um *déjà-vu* ao se dar conta do contexto narrado em seu livro, recordando-se de um escritor romeno que, entre 1935 e 1944, havia relatado uma mudança igualmente radical na Itália, com referência à ideologia fascista, chegando a se perguntar se seria possível manter as amizades naquela época.

A OPÇÃO POLÍTICA DAS PESSOAS AFETA NOSSAS DECISÕES?

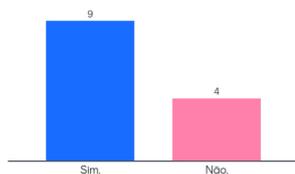
Durante as pesquisas que desenvolvi no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará, em um seminário na disciplina de Direito e Política, fiz algumas perguntas aos meus colegas de turma. Expliquei que exibiria alguns questionamentos e pedi para que todos escolhessem uma das opções como resposta. As opções eram simples e consistiam em responder “sim” ou “não” às perguntas que seriam expostas na tela. Pedi que as respostas fossem dadas o mais rápido possível, *sem muita reflexão*. Esclareci que o sistema contabilizaria os votos em cada uma das opções de forma anônima e que na tela seria mostrado o resultado.

Em “Justiça: O que é fazer a coisa certa”, Michael Sandel (2012, p. 30) menciona o *dilema do bonde desgovernado*. Em resumo, apresenta uma situação hipotética na qual um bonde descontrolado caminha em direção a um grupo de cinco pessoas. Você tem a possibilidade de alcançar o manche, alterando o percurso para outro trilho, onde se encontra um único trabalhador. A partir disso, Sandel questiona os leitores se eles virariam o bonde.

Comecei minhas perguntas com o dilema do bonde desgovernado, apenas substituindo o veículo por um trem, a fim de explicitar as consequências do desastre: a provável

morte de um indivíduo ou de um grupo de cinco pessoas. A questão era simples e objetiva: você viraria o trem em direção ao indivíduo? A minha hipótese era que, diante da ausência de mais informações (não se sabia se havia crianças, adultos ou idosos, a cor da pele ou a origem das pessoas, a classe social, a nacionalidade etc.), prevaleceria o *argumento utilitarista*, ou seja, seria melhor salvar cinco vidas em detrimento de uma. O resultado confirmou parcialmente minhas expectativas. Nove participantes escolheram a opção “sim”, afirmando, portanto, que virariam o trem em direção ao indivíduo. Quatro disseram que “não”, deixando, portanto, o veículo seguir seu percurso, colidindo com as cinco pessoas².

Você viraria o trem em direção ao indivíduo?

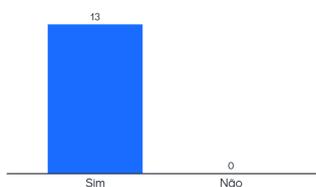


Nas perguntas seguintes, adicionei algumas informações sobre as posições políticas das pessoas envolvidas no dilema. No “questionário 2”, supunha-se que o único trabalhador era conservador e o grupo formado por cinco pessoas progressistas. Neste caso, todos os participantes escolheram a opção “sim”, afirmando que virariam o trem em direção ao indivíduo. Um número, portanto, maior que o do “questionário 1”, no qual não havia qualquer informação sobre a posição política das possíveis vítimas. As informações

2. A pesquisa, com a geração dos gráficos inseridos neste texto, foi realizada pelo sistema Mentimeter.

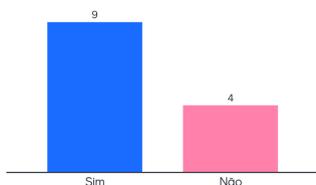
adicionadas, assim, foram extremamente desfavoráveis ao indivíduo e aumentaram as chances do grupo.

Supondo que o único trabalhador é conservador e o grupo é formado por cinco pessoas progressistas. Você viraria o trem em direção ao indivíduo?



No “questionário 3”, inverte a lógica. O único trabalhador era progressista e o grupo formado por cinco pessoas conservadoras. O resultado foi o mesmo da pergunta inicial – nove escolheram a opção “sim” –, portanto, os participantes virariam o trem em direção ao indivíduo. Quatro disseram “não”, deixando o veículo seguir em direção às cinco pessoas.

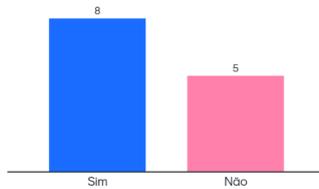
Supondo que o único trabalhador é progressista e o grupo é formado por cinco pessoas conservadoras. Você viraria o trem em direção ao indivíduo?



Na sequência, a hipótese (“questionário 4”) era que o único trabalhador seria progressista e o grupo formado por cinco pessoas que defendiam o nazismo. Oito participantes responderam que virariam o trem em direção ao indivíduo e cinco informaram que não. Houve, assim, uma leve alteração em desfavor do grupo quando se incluiu a informação

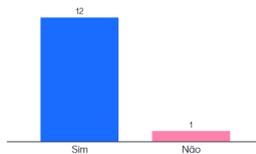
de que seus membros seriam nazistas e não simplesmente conservadores.

O único trabalhador é progressista e o grupo é formado por cinco pessoas que defendem o nazismo. Você viraria o trem em direção ao indivíduo?



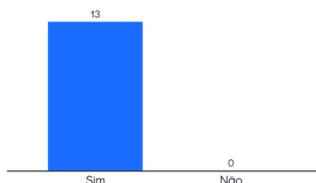
No “questionário 5”, informou-se que o indivíduo era conservador e o grupo formado por cinco pessoas que defendiam o comunismo. Doze participantes disseram que virariam o trem em direção a indivíduo, salvando as cinco pessoas do grupo. Uma pessoa deixaria o fluxo seguir, o que fatalmente não salvaria o grupo, mas preservaria a vida do indivíduo.

O único trabalhador é conservador e o grupo é formado por cinco pessoas que defendem o comunismo. Você viraria o trem em direção ao indivíduo?



Por fim, na hipótese do “questionário 6”, informava-se que o único trabalhador era nazista e o grupo formado por cinco pessoas que defendiam o comunismo. Todos os participantes indicaram que virariam o trem em direção ao indivíduo, em benefício das pessoas do grupo.

O único trabalhador é nazista e o grupo é formado por cinco pessoas que defendem o comunismo. Você viraria o trem em direção ao indivíduo?



Embora constatada em um universo reduzido, a variação das respostas a cada questionamento permite concluir que nossos julgamentos morais e, portanto, nossos atos são influenciados pela posição política das pessoas. Quando somos informados da posição política do indivíduo ou do grupo, tendemos a basear nossos julgamentos a partir dessa informação. Isso serve também para diversas outras situações, como quando envolvemos o gênero, a orientação sexual, a crença religiosa, a cor da pele, a posição social, a idade ou até coisas que podem nos parecer triviais, como o modo de se vestir, o corte de cabelo e o endereço de uma pessoa; de modo que, no mundo real, a questão é ainda mais complexa, diante da interseccionalidade de fatores que concorrem e nos influenciam.

Obviamente, as respostas dadas poderiam ser inversas se entrevistássemos o mesmo número de pessoas com tendências mais conservadoras. Mas isso não afastaria a conclusão de que somos afetados em nossas decisões por questões que dizem respeito à política. Aspecto preocupante dessa constatação está na possibilidade de que decisões vitais, como escolher entre a vida ou a morte de uma pessoa, sejam tomadas levando-se em consideração unicamente a posição político-ideológica, o que não deveria ser motivo relevante para julgamentos dessa ordem.

Talvez possamos pensar que a chance de nos vermos diante de um trem desgovernado seja algo absolutamente improvável, senão impossível de acontecer para a maioria de nós. Troque o dilema do bonde por uma situação na qual um médico tem que escolher entre salvar a vida de um ou de outro paciente. O *dilema do médico* é capaz de deixar mais claro como isso afeta verdadeiramente nossas vidas. Não é razoável que a decisão seja tomada considerando as afinidades das preferências políticas do médico e do doente. Ao nos colocarmos na pele de um dos indivíduos que está entre a vida e a morte, o absurdo da situação fica ainda mais evidente. Podemos pensar também em um processo judicial no qual alguém pode ter maiores chances de ser condenado ou absolvido em razão das suas preferências políticas e das do juiz; ou em uma entrevista de emprego na qual o entrevistador questiona sobre o voto do entrevistado nas últimas eleições e utiliza isso como critério decisivo para definir entre contratá-lo ou não. O mesmo pode acontecer em inúmeras outras hipóteses que, ao final, podem afetar definitivamente a vida de alguém (incluindo as nossas).

A RAZÃO HUMANA

O racionalismo tem sido apontado como uma das características fundamentais do ser humano. Max Weber (2011, p. 34-35) chega a afirmar que, com isso, afastamos qualquer tipo de poder misterioso e imprevisível que interfira no curso das nossas vidas. Com a técnica científica, despojamos o mundo da magia, é dizer, não mais precisamos, como os selvagens, apelar para o misterioso, o mítico e o imponderável, a fim de explicar os fatos do mundo. Operou-se uma *deflação do extraordinário*.

Mais do que isso, o racionalismo moderno rearticulou a concepção metafísica aristotélica e avançou para além da compreensão prévia (*a priori*) como condição do conhecimento articulado pelo transcendentalismo kantiano. Seu

significado envolve um modelo lógico, capaz de distinguir bons e maus argumentos, a capacidade de tornar inteligível um comportamento ou fato, assim como a aptidão discursiva de dar e exigir razões. Com isso, é também apontado como a um meio de se conseguir o que se pretende, observa o filósofo Manfredo de Oliveira (2019, p. 98-99).

Em resumo, significa que somos capazes de apresentar razões. Também diz respeito a um dever, exatamente o de justificar os fatos, os atos e as ideias. *Uma afirmação que não venha acompanhada da razão que a justifique não passa de uma mera opinião pessoal que não deve ser levada em conta, portanto, irrefletida.* Em outros termos, é através deste jogo de dar e exigir razões que verificamos se uma proposição é ou não verdadeira. Com isso, vamos além do mero subjetivismo – da mera opinião sem fundamento.

Imagine-se, por exemplo, que alguém afirme que, para chegar a um ponto da cidade, se deve seguir o caminho que passa por determinada rua. Outra pessoa se opõe, defendendo que não é possível chegar ao destino pelo caminho indicado. Para isso, ela exhibe um mapa no qual se demonstra que a rua “X” não existe. Após, vai até o local e confirma a correção do mapa. No primeiro caso, verifica-se uma afirmação sem que fossem apresentadas as razões. No segundo, atestou-se a verdade da hipótese por meio da apresentação de suas razões (a rua não existe). Qualquer defesa contrária a isto, a partir de então (ou seja, após verificada a veracidade pelas razões), não passaria de mera ilusão ou afirmação falsa (*fake*).

Por meio do pensamento racional, portanto, procuramos as justificativas para validar ou afastar hipóteses, antes e como condição para afirmar se são verdadeiras ou falsas. Depois de refletirmos sobre as razões apresentadas, admitidos alguma afirmação como algo dotado de razoabilidade e que pode, assim, ser julgado como correto. Em suma, trata-se de um *critério anterior* de validação de ideias.

A RAZÃO COMO FORMA DE JUSTIFICAÇÃO POSTERIOR

A racionalidade, todavia, pode, em muitos casos, servir unicamente como forma de justificar escolhas já feitas, portanto, algo *posterior*. Neste caso, a posição prévia pode já estar pré-fabricada e é possível que não exista uma reflexão sobre ela.

Quando Max Weber (2011, p. 34-35) afirmou que, com a racionalização, a humanidade afastou qualquer tipo de poder misterioso e imprevisível que interfira no curso de nossas vidas, talvez não tenha ventilado a hipótese de que o mistério pode estar escondido em nós mesmos e que caberia à própria ciência e sua técnica científica o revelar.

Em “A mente moralista: por que pessoas boas são segregadas por política e religião”, Jonathan Haidt, citando Hume (2020, p. 25-26), defende que a razão é escrava das paixões. Sua tese é a de que “o raciocínio moral é por vezes uma invenção *post hoc*”. Mencionando casos que analisou em suas pesquisas ao longo de décadas, Haidt observa que, em muitas situações, há um grande esforço das pessoas para racionalizar seus pontos de vista, não em busca da verdade, mas para endossar suas reações.

Na prática, costumamos sentir algo que pode ser designado como um forte pressentimento sobre o que é certo e o que é errado, um *flash intuitivo*. A partir daí, buscamos as razões que justifiquem posteriormente esse sentimento. As intuições vêm antes do raciocínio e tendem a guiá-lo. O ato de raciocinar – e, portanto, articular as razões – é posterior e tende a construir justificativas para o que veio primeiro.

Uma vez analisadas as razões, a intuição inicial pode ser remoldada. Isso costuma ocorrer a partir de argumentos trazidos por conversas amigáveis ou fatos com algum apelo emocional, como uma notícia ou um filme. Mas isso não é o que geralmente ocorre (Haidt, 2020, p. 75). A conclusão é que, de forma geral, um julgamento totalmente independente

pode ser impossível na prática. Ao tomar consciência disso, a sensação é a de que estamos retornando para dentro da caverna.

O PENSAMENTO AUTOMÁTICO: HEURÍSTICAS, VIESES E PRECONCEITOS IMPLÍCITOS

Nossos julgamentos sobre as questões cotidianas são feitos rapidamente. Em geral, não paramos para refletir sobre cada ato que precisamos realizar. Além de procurar razões que os justifiquem quando formos questionados (às vezes por nós mesmos), tendemos também – e até com mais força – a procurar evidências que possam refutar as críticas às nossas compreensões prévias. Daí a razão pela qual muitas vezes longos debates terminam sem que uma das partes consiga convencer a outra. Para algumas pessoas, esses desacordos irão perdurar por toda a vida. Também por isso pode não ser tão fácil mudar alguma opinião ou algum hábito, sobretudo quando são confirmados pela influência do grupo social que nos cerca.

O avanço tecnológico tem se mostrado como um catalisador do problema. A programação algorítmica é capaz de identificar as preferências pessoais e direcionar informações que as confirmaram. Levadas ao campo das preferências morais, incluída a questão política, o sistema contribui para uma limitação cognitiva, no sentido de fortalecer uma realidade artificial que atesta pontos de vista que, a cada visualização de conteúdo, são reforçados como únicos existentes, reduzindo as chances do acesso a informações que permita uma reflexão crítica sobre os temas. O *viés da confirmação*, que voltará a ser mencionado na sequência, opera com estímulos potencializados nas redes sociais e nos grupos de comunicação.

Daniel Kahneman (2012, p. 43-48), ao analisar o funcionamento das nossas mentes, divide o raciocínio humano

em duas formas. A primeira, que chama de “Sistema 1”, é realizada de maneira rápida e automática, o que requer menos esforço – e, portanto, um gasto de energia menor. A segunda, o “Sistema 2”, é mais lenta e analítica, exigindo, assim, mais tempo e energia. Não é por outro motivo que, à medida em que nos especializamos em uma determinada tarefa, a demanda de energia mental diminui, já que passamos a realizá-la de forma automatizada. Basta pensar em quando fazemos uma soma matemática simples depois de anos na escola, quando dirigimos um automóvel ou quando um músico experiente executa uma canção em seu instrumento.

A metáfora dos sistemas serve para explicar que, sendo impossível pararmos para refletir sobre cada atitude que tomamos no dia a dia, nosso cérebro, à medida em que acumula experiências, deixa soluções prontas para serem acessadas rapidamente quando necessário. Desse modo, o primeiro sistema (rápido) é muito mais utilizado do que o segundo, o qual somente é acionado quando paramos para refletir sobre algo. *A maior parte de nossas ações e decisões são, portanto, irrefletidas.*

Haidt (2020, p. 55) vai além, afirmando que o sistema automático é quem está no comando. Embora possa não aparentar, não é o ginete quem controla o elefante – o que ele chama, metaforicamente, de “ginete” e “elefante” equivale aos sistemas rápido e devagar de Kahneman, respectivamente. Ou seja, os pensamentos rápidos, intuitivos e pré-fabricados, guardados no inconsciente das pessoas, é que decidem, mesmo que, aparentemente, possamos pensar que estamos no controle de tudo, justificando racionalmente nossas ações. De certa forma, Kahneman (2012, p. 42) está de acordo com Haidt, ao afirmar que “os pensamentos e ações que o Sistema 2 acredita ter escolhido são muitas vezes orientados pela figura no centro da história, o Sistema 1”, ainda que, na sequência, arremate observando que há tarefas que só podem ser realizadas pelo Sistema 2 (devagar,

analítico), pois, por serem vitais, demandam esforço e autocontrole, abafando as intuições e os impulsos espontâneos.

A forma de funcionamento do cérebro descrita por estudos da economia comportamental e da psicologia moral como Kahneman e Haidt revela algumas questões importantes que podem auxiliar na melhor compreensão das causas de uma polarização excessiva, que traz consigo grandes prejuízos às relações sociais e à humanidade como um todo, ajudando também a pensar em como superar a questão.

Há uma tendência ao preenchimento de lacunas e à busca por soluções rápidas, articuladas no nível da inconsciência, por meio de desenhos (*designs*) preexistentes. Em uma palavra, isso é designado como *heurística*. As heurísticas viabilizam rápidas associações mentais, influenciadas pelas crenças e experiências pretéritas do sujeito, incluindo seus preconceitos inconscientes. Podem ser visualizadas como uma espécie de atalho que as nossas mentes utilizam para resolver questões de maneira rápida e eficiente, poupando a energia dos nossos corpos.

Não é incomum, todavia, que o resultado da informação fornecida pelo inconsciente por meio das heurísticas, como resultado de um raciocínio rápido, acarrete erros de percepção da realidade, os denominados *viesses cognitivos*, ou seja, uma falha de julgamento, levando a uma falha de julgamento (o que penso estar correto, portanto, pode não estar ou até mesmo não ser real).

Se não tivermos a consciência disso e se não estivermos abertos para refletir sobre outros pontos de vista, inclusive os que contrariam os nossos, estaremos fadados a ingressar em uma espiral que nos dará cada vez mais convicção de que nós e aqueles com quem concordamos estão certos, embora possamos não estar. Em suma, é preciso considerar que o outro possa não estar errado quando discordamos.

Tem se observado, por meio do que se convencionou denominar *viés da confirmação*, que o cérebro humano é mais

receptível às informações que confirmam as suas crenças anteriores e é mais rigoroso com aquelas que as contrariam. Isso pode explicar por que muitas pessoas tendem a encontrar justificativas para todos os atos do seu grupo e a criticar tudo o que vem do grupo contrário.

Além disso, pessoas com ideias semelhantes, quando reunidas em grupos, possuem uma disposição maior a se mover para os extremos. Após conversarem, a tendência é que acabem assumindo uma posição mais extremada do que a inclinação inicial dos membros, ou seja, antes da deliberação com os pares. É isso que Cass Sunstein (2009) procura demonstrar em *“Going to Extremes: how like minds unite and divide”*. Ele defende que a polarização de grupo (*group polarization*) não se limita a períodos, culturas ou nações particulares, mas ocorre diariamente nas nossas vidas e afeta decisões que vão desde a economia do país ou questões do bairro em que vivemos até o que comer, beber ou onde morar.

Quando pessoas que pensam de forma parecida conversam entre elas, a tendência é que elas amplifiquem os pontos de vista que já possuem. Isso reduz a diversidade interna do grupo, o que pode, outrossim, aumentar os desacordos entre membros de grupos diferentes. A fim de demonstrar tais conclusões, Sunstein (2009, p. 8-26) apresenta uma série de experimentos que apontam, por exemplo, que, após um período de debates internos, membros de um grupo se tornam mais dispostos a correr riscos ou mais propensos a protestar ou a apoiar ações agressivas durante um protesto. Em outro caso, o autor observa que indivíduos inclinados a acreditar que algo é injusto tendem a intensificar sua crença e até a se tornar mais bravos ou agressivos. Neste contexto, ele demonstra que a avaliação de um supervisor costuma ser mais negativa do que a média das avaliações realizadas antes de os trabalhadores de uma empresa conversarem sobre o assunto.

Ao contrário do que se pode pensar, isso se verifica mesmo no caso de pessoas esclarecidas ou *experts*. Um dos experimentos mencionados demonstrou que juízes com ideias semelhantes, quando deliberam juntos, tendem a ir para os extremos e são vulneráveis às inclinações políticas de seus colegas, o que pode sinalizar a importância da diversidade na composição dos tribunais. Quando sentados ao lado de outros juízes com a mesma inclinação, suas decisões tendem a ser mais polarizadas, especialmente quando decidem temas ideologicamente mais sensíveis, como aqueles envolvendo discriminação racial por orientação sexual ou em razão de deficiência, ações afirmativas, meio ambiente, liberdade de expressão, direitos trabalhistas, financiamento de campanhas etc.

Nos casos analisados por Sunstein, as opiniões se tornaram mais extremas simplesmente porque as ideias iniciais foram corroboradas e as pessoas ficaram mais confiantes depois de conhecerem a visão compartilhada de outros membros do grupo. Quanto mais as pessoas escutam umas às outras e deliberam em seus grupos – o que, de certa forma, tem se convencido chamar de *bolha* –, mais aumentam as suas certezas, confirmando as suas convicções iniciais. O fluxo de informações pode, portanto, servir de suporte para direcionar o caminho a ser seguido, inclusive movendo o grupo em direções perigosas, extremadas e violentas (embora também possa levar a bons caminhos).

Os efeitos da confirmação vão além do domínio da política e envolvem os mais variados campos, como a preferência por veículos, o gosto por certas comidas em determinadas regiões, o fato de adolescentes gostarem ou não de um estilo musical e tantos outros, dados que confirmam a polarização de grupo³. Enfim, o que gostamos e acreditamos

3. Os diversos casos são listados por Sunstein (2009) no apêndice constante em *Going to Extremes: how like minds unite and divide*.

é influenciado pela troca de informações e por sua confirmação, conclui Sunstein (2009, p. 26).

Em sua pesquisa, Sunstein (2009, p. 170-177) analisou uma série de uma série de experimentos que foram realizados dividindo-se as pessoas em dois grupos, favoráveis e contrários a cada um dos temas a seguir. Em todo os casos, confirmou-se a tendência de polarização, passando os membros a adotarem uma posição mais extremada após deliberarem. Os casos são: (1) polarização de jovens após discutirem sobre questões políticas; (2) feminismo; (3) preconceito racial; (4) apoio à guerra; (5) pena de morte; (6) eutanásia; (7) ação afirmativa; (8) legalização da maconha; (9) aborto; (10) casamento entre pessoas do mesmo sexo; (11) imigração; (12) tortura; (13) democracia; (14) ambientalismo; (15) vegetarianismo; (16) pacifismo; (17) nacionalismo; (18) socialismo; (19) capitalismo; (20) comunismo; (21) anarquismo; (22) libertarianismo; (23) conservadorismo; (24) liberalismo; (25) fascismo; (26) nazismo.

Atualmente, a questão passa a ser ainda mais preocupante diante do grande número de informações falsas compartilhadas por meio da internet, fenômeno difícil de ser controlado. As redes sociais podem funcionar como grandes máquinas de polarização, já que são capazes de ajudar a confirmar de forma amplificada e veloz as tendências das pessoas. Por exemplo, aqueles que estão inclinados a apoiar uma causa ou um candidato podem se entusiasmar ao verificar um apoio generalizado em suas redes sociais.

À medida em que os algoritmos e as empresas que controlam as redes conhecem cada vez mais nossas preferências, a tendência é que sejamos bombardeados de informações que as confirmem e, cada vez menos, tenhamos contato com seus contrapontos. O resultado disso pode ser devastador. “O cérebro partidário recebeu tanto reforço que não consegue executar as contorções mentais capazes de libertá-lo de suas crenças indesejadas. O partidarismo